

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO

(Do Sr. Luiz Bassuma)

Requer sejam convidados a comparecer a esta Comissão, o Diretor da Agência Nacional de Petróleo, o Presidente do Sindicato Nacional de Empresas Distribuidoras de GLP – Sindigás e um representante do Ministério de Minas e Energia, para discutir a política nacional de distribuição e comercialização do gás liquefeito de petróleo, com vistas à redução de preços ao consumidor.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados o Senhor Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, o Senhor Presidente do Sindicato das Empresas Distribuidoras de GLP – Sindigás e um representante do Ministério de Minas e Energia para que, em reunião de audiência pública, a realizar-se em data e horário a serem designados, venham debater acerca da política brasileira de comercialização e distribuição de gás liquefeito de petróleo – GLP, com vistas à redução do preço final ao consumidor.

Justificação

O Senhor Presidente da República vem manifestando a intenção de reduzir o preço final do botijão do gás de cozinha, em razão de se tratar de um bem de elevado consumo nas camadas de mais baixa renda do País.

Considerando que cerca de 80% da população brasileira possui renda mensal inferior a R\$ 500,00, o preço do botijão de 13 litros de GLP, atualmente praticado, em torno de R\$ 30,00, é demasiadamente alto, para os padrões da absoluta maioria dos brasileiros. Uma alternativa a ser considerada é a ampliação do programa Vale-gás, hoje restrito a uma faixa da população de renda extremamente baixa.

É importante que se discuta os reflexos da tributação sobre um produto de natureza tão especial e de consumo popular como é o gás de cozinha. Ao mesmo tempo, é fundamental que se possa desenvolver uma consideração precisa acerca da realidade das margens de lucro praticadas por distribuidoras e revendedoras do produto, a fim de que surjam, do Parlamento, propostas realistas e de grande alcance popular.

Esta Comissão especializada deve enfrentar o tema e, sobretudo, trabalhar no sentido de buscar a racionalização e o caminho legislativo que garanta, sem paternalismos, aos mais necessitados, a condição de acesso a este produto, indispensável e básico a todas as famílias.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2003.

LUIZ BASSUMA
Deputado Federal
PT/BA